



COMPANHIA ABERTA
CNPJ 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251,
Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará

Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Em 30 de junho de 2010 e 2009, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes



Probabilidade de Perda	Trabalhista (b.1)	Cível (b.2)	Fiscais e previdenciários (b.3)	30.06.10	30.06.09
Provável	6.345	3.203	2.210	11.759	11.294
Possível	330	4.875	1.424	6.628	7.034
Total	6.675	8.078	3.634	18.387	18.328

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2010, são:

- **CPMF - R\$1.745 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$354 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ISS - R\$1.070 mil** - Trata-se de Ação Anulatória de Débitos Fiscais com Pedido de Depósito impugnando judicialmente os autos de infração julgados procedentes pelo Município de Belém, impondo ao banco a obrigação de pagamento de valores decorrentes de um pretenso recolhimento à menor de ISSQN. A tese do banco tem como fundamento a ilegalidade do entendimento do Fisco Municipal em tributar rubricas contábeis desvinculadas da prestação de serviços, incidindo sobre receitas próprias do banco. A tese tem amparo doutrinário e jurisprudencial.

- **ITR - R\$38 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$428 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

c) Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do período	6.536	8.555	3.510
Atualização monetária	104	803	124
Constituições/(reversões)	116	(428)	-
Pagamentos	(81)	(852)	-
No final do período	6.675	8.078	3.634

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

Acionista	Total	% Total
· Estado do Pará	9.519.433	99,9767
· Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ	768	0,0081
· Administradores	38	0,0004
· Outros	1.410	0,0148
Total	9.521.649	100

Ações em Circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação ¹	Ações em Circulação ²	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

¹ Compreendem ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Total de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30 de junho de 2010, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	30.06.10	30.06.09
Patrimônio de Referência – PR	232.508	156.443
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	120.237	69.748
Índice de Basiléia	21,3%	24,6%
Índice de Imobilização	17,4%	20,7%
Margem de Imobilização	74.001	45.066

Em junho de 2010, o Índice de Basiléia foi de 21,3%. A redução apresentada, em comparação ao índice de junho de 2009, foi impulsionada basicamente pelo crescimento da carteira de crédito do Banco.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do BANPARÁ totalizaram no primeiro semestre de 2010 R\$411 mil (R\$241 mil no primeiro semestre de 2009).

14. GESTÃO DE RISCO

Visando à melhoria do processo de Controles Internos e Gerenciamento de riscos, o BANPARÁ, alinhado aos padrões estabelecidos pelo Novo Acordo de Capital – Basiléia II, vem desenvolvendo estratégias sólidas, explicitadas em suas políticas e regulamentos que tornam possível a administração de seus riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco do banco:

Risco de Mercado – Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

O risco de mercado é gerenciado de modo a atender às recomendações e normas dos órgãos reguladores alinhado às melhores práticas do mercado, aderentes as políticas internas e normativos externos, através da utilização de metodologias estatísticas dentre eles VaR e testes de stress e de sensibilidade, os quais são revisados e adequados periodicamente.

As posições são marcadas a mercado diariamente e calculado o VaR Global, VaR por fator de Risco, efeito diversificação das carteiras, monitoradas as maiores exposições, *duration*, alavancagens, descasamentos, GAP's, assim como os limites